



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638502 - SP (2021/0000968-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CELSO CARLOS PEREZIN JUNIOR
ADVOGADO : CELSO CARLOS PEREZIN JUNIOR - SP441434
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RUAN MATHEUS ALVES CALDAS DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : ITALO MARTINS BATISTA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RUAN MATHEUS ALVES CALDAS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 15033454820178260536).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do CP, e teve a pena fixada em 5 anos, 4 meses de reclusão e 13 dias-multa no regime inicial semiaberto.

De acordo com o impetrante, o paciente foi preso em flagrante no dia 24/10/2017 e permaneceu preso preventivamente até o dia 18/4/2018. Após a condenação em sentença, foi concedido o direito de recorrer em liberdade ao paciente.

Após o trânsito em julgado do acórdão em 30/7/2020, que manteve o inteiro teor da sentença, o impetrante alega que o paciente foi capturado e segue preso até a presente data (fl. 5):

Conforme se verifica, fora certificado pelo cartório, houvera o trânsito em julgado da sentença no dia 30 de Julho de 2020, tornando assim, a sentença prolatada pelo juízo a quo definitiva em desfavor do paciente.

Ocorre que, o paciente veio a ser capturado por policiais e veio a ser conduzido para a delegacia sede da comarca de Praia Grande, onde veio a ser preso, encontrando-se lá até a presente data, em CLARO CONSTRANGIMENTO ILEGAL, haja vista estar preso em um regime diverso a ele estabelecido em sentença.

Insta salientar também nobres desembargadores, que NÃO fora emitida até a presente data, a guia de execução de pena, tratando-se de paciente preso, tal documento é de suma importância, haja vista que, a autoridade judiciária, ao receber a decisão, quedou-se inerte sobre a detração da pena por ele já cumprida em caráter preventivo.

Relata que há evidente constrangimento ilegal, uma vez que o paciente segue

enclausurado, mesmo existindo lapso de cumprimento de pena suficiente para que termine o cumprimento da reprimenda em regime aberto, além do fato de estar preso em regime mais gravoso ao que ele foi condenado.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade, terminando de cumprir a pena em regime aberto.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente